

Anna Działak
Uniwersytet Warszawski
anna.dzialak@hotmail.com

**D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques,
à luz da *Crónica de El-Rey D. Affonso
Henriques* de Duarte Galvão**

*As origines regni*¹ revisadas²

Resumo:

O presente artigo analisa a *Crónica de El-Rey D. Affonso Henriques* de Duarte Galvão (1445?-1517). Pretende-se focar as *origines regni* à luz de contornos mitificantes e mostrar a funcionalização da narrativa histórico-lendária no sentido de apresentar a *heroicização* do primeiro monarca português e a subsequente (re) estruturação da *lenda negra* da sua mãe.

Palavras-chave: D. Afonso Henriques, D. Teresa, padrões culturais, origens de Portugal.

¹ Termo de Jacek Banaszkiwicz [1998].

² Os textos para o presente artigo foram recolhidos no âmbito do programa de investigação do Instituto Camões.

Abstract:

Teresa, mother of Alfonso I of Portugal, in the light of the *Chronicle of Alfonso I of Portugal (Crónica de El-Rey D. Affonso Henriques)* by Duarte Galvão. The *origines regni* revisited

The present article analyzes the *Chronicle of Alfonso I of Portugal (Crónica de El-Rey D. Affonso Henriques)* by Duarte Galvão (1445?-1517). We intend to focus on the *origines regni* in the light of mythologizing lines and show the functionalization of the historical-legendary narrative in order to exhibit the *heroification* of the first King of Portugal and the subsequent (re)creation of his mother's *black legend*.

Keywords: D. Afonso Henriques, D. Teresa, cultural patterns, origins of Portugal.

Nas palavras de Álvaro Júlio da Costa Pimpão analisarei uma obra “pouco interessante do ponto de vista literário e (...) pouco original no ponto de vista histórico” [Costa Pimpão, 1947: 327]. A crónica de Duarte Galvão e ele próprio foram alvo desta e doutras opiniões pouco favoráveis por parte de alguns comentadores contemporâneos. No entanto, convém notar que Duarte Galvão, nascido pelo ano de 1445, foi um homem importante e respeitado em seu tempo. Durante os reinados de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I desempenhou várias funções oficiais. Foi secretário de D. Afonso V [Sousa Viterbo, 1905: 25; Costa Pimpão, 1947: 327; d’Abreu Torres, 1992: 99] e fez parte do Conselho de D. João II e de D. Manuel [Góis, 1790: 145; Galvão, 1906: 26; cf. Sousa Viterbo, 1905: 25; Costa Pimpão, 1947: 327; d’Abreu Torres, 1992: 99]. Igualmente serviu em missões diplomáticas tanto ao serviço de D. João II (na Flandres), como de D. Manuel I (em Roma e na Abissínia)³ [Góis, 1790: 145; cf. Pereira in Galvão, 1906: 6; Costa Pimpão, 1947: 327; Veríssimo Serrão, 1972: 29]. A crónica que me interessa no meu estudo foi com muita probabilidade encomendada por D. Manuel I [Veríssimo Serrão, 1972: 129].

³ Morreu na ilha de Comarão durante a segunda destas embaixadas [Pereira in Galvão, 1906: 6; Veríssimo Serrão, 1972: 131].

Já no primeiro ano do curso de licenciatura os jovens adeptos de Clio aprendem que, antes de passarem à apreciação hermenêutica de uma fonte histórica, têm de responder às seguintes perguntas: se o autor da fonte sabia a verdade, se pretendia transmitir a verdade e se disse a verdade. As ditas perguntas ajudam, entre outros, a confirmar a objetividade da fonte. No caso da crónica em questão, mesmo sem fazermos este estudo preliminar, sabemos que o autor nem fingia ser objetivo. Ele não pretendia dar a conhecer aos leitores nem a verdade, nem a factografia restrita. A crónica serviu para reforçar o prestígio de D. Manuel I ao estruturar uma imagem concreta do primeiro monarca português e traçar “uma linha de continuidade histórica” entre ambos os reis [*ibidem*: 132-133]. “O interesse de D. Manuel pelo prestígio do Rei Fundador terá começado por volta de 1502” – destaca Maria de Lurdes Rosa [1996: 120]. A crónica em questão começou a ser redigida por volta de 1505, como indica indiretamente o próprio autor logo no primeiro capítulo [Galvão, 1906: 41].

Como sublinha Jacek Banaszkiwicz, as *origines regni* de cada nação constituem um *tesouro* em que se guardam as melhores e as mais bonitas *jóias* do imaginário coletivo. Neste *tesouro* depositam-se valores, ritos e costumes encarnados pelos heróis que contribuíram para a criação, restituição e proteção da independência nacional [*cf.* Banaszkiwicz, 1998: 5]⁴. Mudam os tempos, mudam as necessidades políticas, mas o enredo lendário é sempre um meio para perpetuar estes tesouros coletivos. Ao mesmo tempo reflete também as necessidades do presente [*cf.* Deptuła, 1973: 1366]. É precisamente da visão lendária, ainda medieval, de D. Afonso Henriques (*vide as três faces* do monarca estudadas por José Mattoso) e dos objetivos políticos imediatos⁵ que surge a nossa crónica – uma obra onde a história e a ficção convivem intimamente a fim de criarem uma narrativa sobre as origens do reino de Portugal. Neste contexto não deve

⁴ Os grandes medievalistas polacos cujas obras usarei para os meus propósitos analíticos discorreram acerca da Polónia e países escandinavos.

⁵ Note-se que desta maneira a obra insere-se numa série de ações empreendidas pelos reis da dinastia de Avis, entre eles D. Manuel I [Rosa, 1996: 92, 112-122; Araújo, Malheiro, 1996: 352-353; Vasconcelos e Sousa, 1996: 31].

espantar a *heroicização*⁶/santificação do primeiro monarca português [cf. Calafate, 2006: 139-140]. No entanto, pode espantar a imagem da sua mãe.

No meu artigo pretendo brevemente analisar a dita *Crónica de El-Rey D. Affonso Henriques* de Duarte Galvão no sentido de apresentar a (re)estruturação da lenda negra da sua mãe. Referirei os respetivos contornos mitificantes que serviram para traçar a visão das origens do reino de Portugal e a subsequente funcionalização da narrativa histórico-lendária. Na minha opinião a obra de Duarte Galvão apesar de ser, talvez, pouco original⁷, constitui uma sùmula interessante de narrativas míticas e mitificantes do surgimento de Portugal, e como tal merece ser estudada nesse sentido. Nesta narrativa as imagens de D. Teresa e de D. Afonso Henriques dependem uma da outra e completam-se. Por conseguinte, apesar de o tema do meu artigo focar a mãe do Fundador, será indispensável analisar brevemente ambas as figuras.

A mitogénese do reino de Portugal surge do tecido da história, já que – contrariamente ao caso polaco – o Fundador é uma personagem histórica envolta num ambiente lendário. A narrativa de Duarte Galvão “bebe” deste ambiente e é forjada dos *topoi*, arquétipos e acontecimentos confirmados pelos diplomas, muitos já presentes noutras crónicas. Note-se que Duarte Galvão, contrariamente, por exemplo, ao(s) autor(es) da IV e III *Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*, mostra uma certa preocupação para com as datas e a sequência lógica dos acontecimentos⁸. Procura igualmente explicar certos sucessos que lhe parecem incoerentes⁹ e dar uma lição moral ao leitor¹⁰ numa tentativa proto-crítica¹¹. Por outro lado, enche a sua narrativa de

⁶ O termo é de Stanisław Piekarczyk [1962: 567-589].

⁷ O termo um tanto anacrónico é usado propositadamente.

⁸ *Vide* capítulo LX da Crónica em questão.

⁹ *Vide* capítulo LX da Crónica em questão.

¹⁰ *Vide* o Prólogo.

¹¹ Termo sugerido pela minha orientadora Professora Doutora Joanna Par-tyka. Sobre o pensamento histórico na idade moderna, incluída a aproximação crítica, veja-se Pomian, 2010. *Vide* capítulo XLV da Crónica em questão.

histórias lendárias tais como o episódio da cura milagrosa do jovem D. Afonso Henriques¹² ou ainda motivos tópicos, *vide* a conversa com o pai moribundo [*cf.* Calafate, 2006: 132-133]. A lenda entrecruzada com a História e com o ambiente heroico-mítico servem para a sacralização da figura do primeiro monarca, dos seus sucessores e do próprio Reino.

O Reino de Portugal, tanto historicamente como na nossa narrativa, surge do Reino de Leão e Castela primeiro como um feudo que, de acordo com Duarte Galvão, abrange as seguintes terras: “Coimbra, com toda a terra até o Castello de Lobeira, que é uma legua além de ponte Vedra, em Galiza, e com toda a terra de Vizeu, e Lamego” [Galvão, 1908: 42]. Todo este senhorio é oferecido a D. Henrique, um cavaleiro vindo de França para ajudar D. Afonso VI de Leão e Castela na Reconquista, e constitui, junto com a mulher, um prémio¹³. Diríamos tal e qual como nas narrativas tradicionais, mitos ou contos de fadas, onde o herói, tendo completado o seu percurso, recebe um reino e uma princesa [*cf.* Campbell, 2008]¹⁴. É desta maneira que D. Henrique se torna um herói fundador arquetípico, ou – em termos de Barradas e Nabais – um *pré-herói* [1996: 60]. É pois “deste Conde D. Henrique, e Dona Tareja sua mulher [que] descendem todos os Reis de Portugal” [Galvão, 1906: 43]. É igualmente ele quem dá início ao processo da independência do Condado, ao lutar contra os Reis de Leão e Castela e contra os Mouros. D. Henrique e posteriormente D. Afonso Henriques veem-se associados ao território português que passa do pai ao filho [Barradas, Nabais, 1996: 73].

O herói, que se tornará no primeiro monarca português, possui todos os traços inerentes ao exercício do poder real. Os princípios morais segundo os quais age D. Afonso Henriques constituem, junto com a terra, uma herança paterna [*ibidem*: 61-62, 74]. Relembremos que D. Henrique, prostrado no leito de morte, dá ao seu filho várias dicas,

¹² O episódio, aliás, bastante tardio posto que surge só na *Crónica de 1419* [Rosa, 1996: 103].

¹³ Convém notar que o texto sublinha os laços de vassalagem, todas as obrigações de D. Henrique e as consequências de não as cumprir.

¹⁴ Jacek Banaszkiwicz designa este esquema por *ex hospite gener* [1998: 25].

indicando-lhe o caminho da perfeição através das virtudes. As dicas abrangem tanto conselhos morais – ser virtuoso, piedoso, temente a Deus e valente, como conselhos mais pragmáticos – dicas acerca do comportamento para com os vassalos, dicas referentes a terra e dicas chamemo-las legais, posto que são precisamente a justiça e as leis que aparecem neste monólogo tópico como elementos indispensáveis para o bom funcionamento da sociedade. A linhagem e a preservação do bom nome igualmente surgem como valores importantes [*ibidem*: 60-62,72-73; *cf.* Calafate, 2006: 137]. O herói, tal como na *Chanson de Roland*, assume responsabilidade perante um tribunal dos antepassados. A mesma responsabilidade deve ser assumida pelos seus sucessores, que igualmente herdam todos os valores do Fundador. As qualidades e a missão constituem pois o legado de toda a linhagem [*cf.* Deptuła, 1973: 1368]. Note-se que o elemento que garante o bem-estar da sociedade, além das qualidades pessoais do monarca e das leis, é a vontade divina [*cf.* Calafate, 2006: 137]. O poder do soberano vem de Deus que “neste mundo ordenou de alguns Príncipes sobre outros sometidos a elles” [Galvão, 1906: 48]. Desta maneira recriam-se os esquemas medievais da sacralização do poder.

Dai D. Afonso Henriques surge, nem mais nem menos, como um rei “por Deus ordenado para tão alto cume da gloria destes Reinos (...), segundo que seu immenso louvor não menos se verá ao diante acrescentado, e conformado pelos Reis seus sucessores” [*ibidem*: 41]. É assim que se cria uma linha de continuidade dinástica tida como um elemento unificador do Reino. Afinal, na ideologia do poder, antecessores nobres, escolhidos por Deus, fortalecem a posição política dos seus sucessores [Piekarczyk, 1962: 572]. Nesse sentido, os milagres que acompanham o monarca na infância e em episódios guerreiros não só pautam as suas aventuras e realçam as suas virtudes, como também sublinham o facto de ele ter sido escolhido por Deus. Note-se que os milagres são operados tanto por outros guerreiros (o cavaleiro alemão na tomada de Lisboa), santos (o ermitão que faculta a intervenção divina em Ourique, S. Vicente cujo corpo se transporta para Lisboa), como Nossa Senhora (cura do defeito) e Jesus Cristo (intervenção na batalha de Ourique). Acresce que o próprio nascimento de D. Afonso

Henriques junto com a cura milagrosa da doença nos pés inserem-se no esquema do nascimento dos heróis ou mesmo dos santos [cf. Campbell, 2008; Rosa, 1996: 103-104]¹⁵. Assim D. Afonso Henriques torna-se num agente da vontade divina em concordância com as palavras proferidas por Nossa Senhora: “meu filho quer por elle destruir muitos inimigos da Fé” [Galvão, 1906: 45]. É desta maneira que serviço a Deus, guerra e surgimento do Portugal independente completam-se e coexistem [Vasconcelos e Sousa, 1996: 30], já que é graças à intervenção sobrenatural que D. Afonso Henriques consegue tornar-se verdadeiramente herói, ganhar o Condado, mantê-lo, transformá-lo num reino e por fim aumentar o território. Acresce que no último capítulo sublinha-se que no Mosteiro de Santa Cruz o Fundador é tido por santo e que sua alma foi “levada nas mãos dos Anjos, à glória do Paraíso” [Galvão, 1906: 168-169]. Realçam-se assim a santidade do monarca e desculpam-se alguns erros da sua juventude. Note-se que o facto de ele ser “bravo, e esquivo, sobejo” [*ibidem*: 168] na mocidade serve para justificar alguns episódios “violentos” que não encaixam nesse “odor de santidade” – são subversivos no contexto da imagem do primeiro monarca que se pretende (re)criar¹⁶.

Um destes episódios é precisamente o da luta contra a mãe e a própria imagem de D. Teresa. De acordo com a fonte, após a morte do conde D. Henrique a desobediência do seu filho resulta na perda da cidade de Astorga e doutras terras conquistadas ou a serem conquistadas do Reino de Leão e Castela. D. Afonso Henriques, privado de parte do feudo, vai a Portugal e não encontra lugar para se acolher “porque toda a terra se alçara com sua mãe a qual cazou com D. Vermuy Paes de Trava, e depois D. Fernando de Trastamara seu irmão delle lha tomou” [*ibidem*: 50]. O herói obviamente tem de seguir as dicas do pai que lhe outorgou a terra. É aqui que começa a luta pelo território de Portugal – a luta entre a mãe e o filho em que, disputando a posse do Condado, ambos os oponentes ignoram laços de sangue

¹⁵ Cf. Jacek Banaszkiwicz. O estudioso sublinha que doenças nas pernas são um marco distintivo do herói, [1998: 175-239].

¹⁶ Vide Veríssimo Serrão sobre a *Crónica de 1344* [1972: 30].

[Barradas, Nabais, 1996: 64-65, 74]. Ignoram também quaisquer obrigações vassálicas que nesta parte do texto não se veem muito acentuadas¹⁷.

Casada em terceiras núpcias, a mãe do primeiro monarca português já não é mulher do Conde D. Henrique e um passivo “tronco de que descendem os reis de Portugal”, mas um dos agentes da narrativa [*ibidem*: 64]. Com o seu comportamento contrário às regras do amor materno simbolicamente torna-se madrasta de D. Afonso Henriques ao *deserdá-lo* das terras que lhe pertencem. O texto, aliás, assim justifica este comportamento de D. Teresa – ao dizer que com novos esposos certas mulheres tornam-se madrastas [Galvão, 1906: 51]. Justifica, não quer dizer que desculpa. D. Afonso Henriques e D. Teresa aparecem como duas forças opostas, tanto a nível político (independência *versus* união com a Galiza), como a nível simbólico (poder masculino *versus* poder feminino, poder vindo de Deus *versus* usurpação), já que D. Teresa se opõe à independência de Portugal, tenta parar o filho no seu percurso e usurpa o território que não lhe pertence. A harmonia e a formação de um reino independente, estável, gerido pelas leis – consoante as dicas de D. Henrique – exclui a herança do poder pela via feminina. Embora D. Teresa defenda os seus direitos a Portugal pelo direito do pai – D. Afonso VI de Castela e Leão, a supremacia do elemento masculino – ou seja de D. Henrique e D. Afonso Henriques – é evidente [Barradas, Nabais, 1996: 64-65, 74]. O texto exalta o primeiro monarca português – um rei em que se encarnam os ideais do país a surgir. Assim, de acordo com a fonte, a ideia da monarquia vê-se unida à linhagem de D. Afonso Henriques que, num enfrentamento justo, quebra os laços de vassalagem e luta pelo território português com todas as forças que se lhe opõem, inclusivamente sua própria mãe. Graças à sua atuação Portugal pode tornar-se numa comunidade estruturada em termos legislativos e governada por um rei. Ora, o texto em questão pode ser inserido numa vasta família de narrativas mítico-dinásticas, já que mostra as origens da organização social e estatal

¹⁷ *Vide* nota 13.

junto com a instituição da monarquia [cf. Banaszkiwicz, 1998: 10]. Por conseguinte, parece plausível afirmar que embora estejamos perante um relato que abarca o tempo histórico, a sua estrutura parece adequar-se a um relato lendário ou até mítico¹⁸. O poder exercido por mulheres torna-se neste contexto sinónimo do caos anterior à construção do reino, é o *mundo ao contrário*, como bem demonstrou Jacek Banaszkiwicz no caso doutros mitos de origem [ibidem: 32]. D. Afonso Henriques ocupa todo o território, aumenta-o, devolve a harmonia e vence o caos representado por D. Teresa – é uma espécie de “cosmografia” a nível do país. Dado o carácter iniciático das aventuras parece igualmente lícito afirmar que D. Teresa constitui um dos obstáculos que o herói encontra no seu percurso.

Acresce que, no caso da nossa fonte, o passado não se resume à descrição dos feitos, mas constitui uma fonte contínua de exemplos e antiexemplos. Os valores exemplares tidos como unificadores e transmissíveis para outras gerações são, entre outros, a valentia, a fidelidade, a glória. Estes são os principais motores da ação e os pilares em que se apoia a virtude de D. Afonso Henriques – digno seguidor do seu pai. Note-se que ao passo que do lado de D. Afonso Henriques podemos situar, além dos ditos valores, a graça divina e o direito do pai, do lado de D. Teresa situam-se vários pecados, já que ela quebra as regras de conduta social e moral. Além de casar-se com outro homem logo após a morte do seu marido, defende o direito à terra portuguesa contra o direito do seu filho. Também se mostra desleal frente a D. Afonso Henriques ao pedir que o seu terceiro esposo prenda o filho no campo de batalha e, posteriormente, ao querelar-se contra o seu filho perante o Imperador (i.e. D. Afonso VII de Leão e Castela). Igualmente apresenta traços masculinos – assiste à batalha. Embora a mulher que possua carácter masculino seja frequentemente vista como digna de louvor¹⁹ parece-me que neste caso recrimina-se

¹⁸ Vide a aproximação metodológica de Alberto Araújo e Armando Malheiro [1996: 321].

¹⁹ Compare-se, por exemplo, com diferentes mulheres bíblicas (por exemplo Judite e Débora que representam o modelo de *mulier fortis*) ligadas à causa independentista. D. Teresa, no entanto, representa uma causa oposta.

a mulher que trespassa os limites do seu sexo a vários níveis – ao governar, ao lutar, ao não respeitar a primacia do filho – e os limites morais – ao trair. A imagem de D. Teresa pode ser vista como realização da imagem tópica da soberana má e, como tal, a condessa-rainha pode ser adicionada a uma larga lista de rainhas medievais supostamente maléficas. Entre elas, por exemplo, Rica da Polónia, Urraca de Leão e Castela, Leonor de Aquitânia, Leonor Teles²⁰. A mãe do primeiro monarca, em termos ainda medievais, surge como uma mulher antiexemplar, ao passo que os atos de D. Afonso Henriques, seu pai e igualmente da mulher do Fundador e suas filhas²¹ constituem um padrão de conduta exemplar, ou seja, são dignos de serem seguidos²². É por isso que o futuro rei de Portugal vê-se desculpado por ter metido a mãe em ferros. A maldição materna e seu cumprimento, ou seja o desastre de Badajoz, não surgem como um castigo. Pelo contrário servem para divagações de como a mãe do excelente rei tornou-se madrastra e porque se devem *excusar* as maldições desse tipo. Aproxima-se pois da *experiência traumática* descrita por Eduardo Lourenço num dos seus ensaios [2001: 24]. Todos os acontecimentos pouco convenientes veem-se explicados “pelo instinto de Deos inspirado” [Galvão, 1906: 85] e inscritos no plano divino que é o do surgimento do Reino de Portugal e o da luta contra os inimigos da fé²³. A luta – de acordo com o Prólogo do Autor – é continuada por D. Manuel I [*ibidem*: 26-32].

Assim várias fontes, *as três faces* de D. Afonso Henriques²⁴ veem-se unidas numa só fonte, convivendo com diferentes faces de D. Te-

²⁰ Sobre as rainhas más e o dito *topos* veja-se, por exemplo, estudo de János M. Bak sobre algumas rainhas consortes húngaras [1997: 223-235].

²¹ Embora ocupem pouco espaço na nossa fonte, são todas descritas como virtuosas, belas, de alta linhagem etc., ou seja cumprem com o papel de dama de sangue real.

²² *Vide* o Prólogo.

²³ *Vide* Bernardo Vasconcelos e Sousa sobre outras crónicas medievais [1996: 30]. *Vide* também Calafate, 2006: 132.

²⁴ *Vide* Bernardo Vasconcelos e Sousa sobre *as três faces* acolhidas na historiografia portuguesa [1996: 23].

resa. Surpreendentemente e contrariamente aos textos posteriores, sobretudo os dos tempos da União Ibérica, não se desculpa nem mitifica a mãe do Fundador, mas ainda se recriam os esquemas medievais. Afinal, de acordo com Bernardo Vasconcelos e Sousa, Duarte Galvão perpetua a imagem medieval de D. Afonso Henriques e da sua mãe “muito para além dos tempos medievos” [Galvão, 1906: 24]. D. Teresa nas *origines regni* é secundária, de pouca relevância política e constitui mais um obstáculo no esquema heroico que, no caso de Duarte Galvão, foi posto ao serviço de D. Manuel, talvez sem juízo crítico, com pouca originalidade e quase nula consistência histórica, mas sim com um propósito ideológico e político.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, A., MALHEIRO, A. (1996), “Afonso Henriques, o Mito Fundador e a Recorrência Mítica. Para uma Mitanálise do Processo Histórico Português”, *Segundo Congresso histórico de Guimarães. D. Afonso Henriques e a sua época. Actas do congresso*, vol. 3: *D. Afonso Henriques na história e na arte*, Câmara Municipal de Guimarães, Guimarães, pp. 318-405.
- BAK, J. M. (1997), “Queens as Scapegoats in Medieval Hungary”, em: Duggan, A. J. (ed.), *Queens and Queenship in Medieval Europe: Proceedings of a Conference Held at King’s College London, April 1995*, Boydell Press, Bury St Edmunds, pp. 223-235.
- BANASZKIEWICZ, J. (1998), *Polskie dzieje bajeczne Mistrza Wincentego Kadlubka*, Leopoldinum, Wrocław.
- BARRADAS, A. P., NABAIS, F. (1996), “O Gesta de D. Afonso Henriques. Épica e Ética”, em: *Segundo Congresso histórico de Guimarães. D. Afonso Henriques e a sua época. Actas do congresso*, vol. 3: *D. Afonso Henriques na história e na arte*, Câmara Municipal de Guimarães, Guimarães, pp. 57-81.
- CALAFATE, P. (2006), *Portugal como Problema. Séculos V-XVI. A Afirmação de um Destino Colectivo*, Fundação Luso-Americana e Público-Comunicação Social, SA Lisboa, 2006.

- CAMPBELL, J. (2008), *The hero with a thousand faces*, New World Library, Novato.
- COSTA PIMPÃO, Á. J., da (1947), *História da Literatura Portuguesa*, vol. 1: *Séculos XII a XV*, Coimbra Editora, Coimbra.
- D'ABREU TORRES, R. (1992), "Galvão, Duarte", em: Serrão, J. (ed.), *Dicionário de História de Portugal*, Livraria Figueirinhas, Porto.
- DEPTUŁA, C. (1973), "Średniowieczne mity genezy Polski", *Znak*, 233-234, Kraków, pp. 1365-1403.
- GALVÃO, D. (1906), *Chronica de El-Rei D. Affonso Henriques*, Pereira, G. (ed.), Bibliotheca de Classicos Portuguezes—Escriptorio Rua dos Retrozeiros, Lisboa.
- GÓIS, D., de (1790), *Chronica do Serenissimo Principe D. João*, Real Officina da Universidade, Coimbra.
- LOURENÇO, E. (2001), "Psicanálise Mítica do Destino Português", em: idem, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, Gradiva, Lisboa, pp. 23-66.
- MATTOSO, J. (2009), "As Três Faces de Afonso Henriques", em: *Naquele Tempo. Ensaios de História Medieval*, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 455-471.
- PIEKARCZYK, S. (1962), "Królowie – Herosi – Bogowie. Prolegomena do badań nad kształtowaniem się ideologii władcy we wczesnym średniowieczu w świetle źródeł skandynawskich", *Kwartalnik Historyczny*, LXIX, Warszawa, pp. 567-589.
- POMIAN, K. (2010), *Przeszłość jako przedmiot wiedzy*, Wydawnictwa Uniwersytetu Warszawskiego, Warszawa.
- ROSA, M. de L. (1996), "O corpo do chefe guerreiro, as chagas de Cristo e a quebra dos escudos: caminhos da mitificação de Afonso Henriques na Baixa Idade Média", em: *Segundo Congresso histórico de Guimarães. D. Afonso Henriques e a sua época. Actas do congresso*, vol. 3: *D. Afonso Henriques na história e na arte*, Câmara Municipal de Guimarães, Guimarães, pp. 85-123.
- SOUSA VITERBO, F. M., de (1905), *Duarte Galvao e a sua família. Elementos para um estudo biographico. Memoria apresentada a Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Typographia da Academia, Lisboa.

- VASCONCELOS E SOUSA, B. (1996), “D. Afonso Henriques nas Primeiras Crônicas Portuguesas”, Câmara Municipal de Guimarães–Universidade do Minho (ed.), *Segundo Congresso histórico de Guimarães. D. Afonso Henriques e a sua época. Actas do congresso*, vol. 3: *D. Afonso Henriques na história e na arte*, Câmara Municipal de Guimarães, Guimarães, pp. 22-31.
- VERÍSSIMO SERRÃO, J. (1972), *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica*, vol. 1: *Séculos XIII-XVI*, Editorial Verbo, Lisboa.